

BELAS TRADUÇÕES

A Prof^a Beatriz Viégas Faria orienta oficinas de Tradução Literária com eficiência e pleno êxito.

Ultimamente foram editados dois livros, fruto de traduções realizadas por oficinairos: **O Médico** e **O Monstro**, de Robert Stevenson, **O Fantasma de Canterville** e outras histórias, de Oscar Wilde. A edição realizou-se pela L&PM pocket.

A professora é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS. O bacharelado em Letras leva a outras atividades importantes como à tradução e à interpretação.

A tradução do poema-cênico de **ROMEU E JULIETA** de William Shakespeare, realizada pela Prof^a Beatriz mereceu a encenação pelo teatro do SESI.

São belas vitórias da perseverança e da inteligência na tradução literária. Destacam-se os versos:

*“Com as asas leves do amor superei estes muros,
pois mesmo barreiras pétreas
não são empecilhos à entrada do amor.
E aquilo que o amor pode fazer é exatamente
o que o amor ousará tentar”.*

Romeu e Julieta, II, 2.

Objetos nulos e clíticos ausentes no Português do Brasil: Comentários a Cyrino 2000*

Lucia Maria Pinheiro Lobato**

1 Introdução

O fenômeno do objeto nulo (ON) no português do Brasil (PB) é o tema de Cyrino 2000, que tem por objetivo específico identificar a causa do seu aumento de ocorrência. Em trabalho anterior (Cyrino 1992), a autora tinha defendido que esse aumento resultou da perda dos clíticos.¹ Essa hipótese é favorecida pela cronologia da mudança:

* Neste texto discuto o trabalho apresentado por Sonia Cyrino em mesa-redonda do GT Teoria da Gramática durante o XV Encontro da ANPOLL, realizado em junho de 2000 em Niterói. Nessa ocasião discuti também o trabalho de Maria Aparecida Torres-Morais – *Aspectos gramaticais do presente no passado do português brasileiro: um mergulho na linguagem dos anúncios de jornais do século XIX*. Foi uma honra e um privilégio ter sido debatedora desses dois trabalhos. Apesar de lamentar, não pude incluir ambas as discussões neste texto, dada a diversidade dos temas dos dois trabalhos e a exigüidade do espaço de que disponho. Na apresentação oral, fiz um breve resumo das duas propostas e discuti pontos precisos das mesmas face ao desenvolvimento da minha própria pesquisa. Neste artigo, tive de acrescentar uma introdução à obra anterior de Sonia sobre o objeto nulo (Seção 2) e estender um pouco meu resumo da sua proposta de 2000, a fim de dar unidade ao texto e tornar as questões mais claras para o leitor. Essa expansão me levou a acrescentar uma seção com discussões gerais do trabalho (seção 4). Portanto, a apresentação original constava, basicamente, das seções 3 e 5 deste artigo, e as seções 2 e 4 são acréscimos. Por razões de espaço, o material original da seção 5 teve de ser encurtado, com eliminação da argumentação que dizia respeito à posição de sujeito. Agradeço as observações muito pertinentes e perspicazes de um parecerista, a maioria incorporada nesta versão que está sendo publicada.

** UnB.

¹ V. Cyrino 1993, 1997 para um relato da trajetória de suas hipóteses acerca do ON no PB. Em seu primeiro trabalho (1990a), defendeu que houve uma mudança no estatuto da categoria vazia objeto no PB, a qual não pode ser uma variável (que é o estatuto do ON no PE segundo Raposo 1986). A evidência é a constatação de ocorrência de ON em ilhas no século XIX no PB, como no exemplo em (i), de Arthur Azevedo (cf. Cyrino 1997: 14):

(i) Inferno, isso é: se de Dante, não sei, porque não conheço.

no século XVIII houve, simultaneamente, diminuição de ocorrência do clítico neutro e aumento de ocorrência da elipse sentencial.² A elipse sentencial é um caso de ON proveniente de não-manifestação fonológica de uma proposição complemento de verbos como *querer*, *tentar*, *crer*, *dizer*, por identidade com outra proposição, como em (1).

(1) João quis encontrar meu endereço, mas Paulo nem tentou.

Clíticos neutros são os que têm por antecedente uma sentença, como em (2a), ou um predicativo, como em (2b):³

(2) a. João quis encontrar meu endereço, mas Paulo nem o tentou.

b. João é gordo, mas Pedro nunca o será.

Os clíticos neutros diminuíram de ocorrência tanto no seu uso com antecedente sentencial quanto no seu uso com antecedente predicativo. A hipótese precisa de Cyrino foi que, dado que o aumento da ocorrência de ON no PB, em relação ao português europeu (PE), se iniciou com a elipse sentencial, a causa do aumento de ocorrência do ON foi a queda dos clíticos, por reanálise da lacuna deixada pela elipse sentencial – o ON seria uma espécie de clítico nulo (cf. 1997: 17). No trabalho aqui em debate, a questão da relação causa-conseqüência entre perda de clítico e aumento de ocorrências de ONs é retomada, agora com outra conclusão: a causa do aumento de ocorrência dos ONs não pode ter sido a queda dos clíticos, pois nem todos os clíticos caíram. A hipótese deste novo trabalho é que se trata de dois fenômenos independentes, embora as duas mudanças possam estar relacionadas por uma causa em comum – a operação de um princípio geral, uma espécie de princípio 'Evite pronomes', na posição de complemento verbal do PB.

Nesse estudo, Cyrino apontava ter havido perda do clítico de terceira pessoa concomitante com o aumento das ocorrências de ON. Em seu segundo trabalho a respeito (Cyrino 1990b), concluiu que a mudança de estatuto consistiu na reanálise de variável para pronominal vazio (*pro*). Cyrino atribuiu a reanálise ao enfraquecimento de AGR no PB. Como ela própria mostrou mais tarde (1993, 1997), a hipótese do enfraquecimento de AGR não é adequada. Em primeiro lugar, ainda há contextos em que o ON é uma variável, como nas sentenças com topicalização de objeto. Em segundo lugar, por que a reanálise somente ocorreu no século XIX se AGR já estava fraco no século XVIII?

² Cf. Cyrino 1997. No século XIX houve aumento de ON com antecedente não-animado e surgimento do objeto pronominal tônico; no século XX desaparece o clítico neutro.

³ O contexto de elipse sentencial corresponde, então, ao contexto de clítico neutro 'o' com antecedente sentencial: *João quis encontrar meu endereço, mas Paulo nem (o) tentou*. Cyrino (1997: 219, n. 7) alerta que seu trabalho trata os dois tipos de elipse (sentencial e predicativa) como semelhantes.

Meu papel aqui é debater a proposta de Cyrino 2000. Antes de iniciar a discussão, vou fazer (seção 2) uma breve exposição de certos aspectos de seus trabalhos anteriores (distinções básicas, pressupostos sobre dados empíricos que têm se mantido constantes em diferentes trabalhos, relação de suas propostas com outras, de outros autores) que são referidos apenas de passagem no artigo em debate. Em seguida, trato de sua atual proposta. A seção 3 retoma brevemente o artigo em discussão. A seção 4 enumera características e pontos positivos da proposta e questões que ela suscita. Finalmente, a seção 5 examina a questão do ON no PB a partir de uma outra perspectiva.

2 Trabalhos Anteriores de Cyrino

Em diferentes estudos, Cyrino tem distinguido entre ON, elipse sentencial e elipse de VP, fenômenos lingüísticos que ocorrem tanto no PE quanto no PB. Nas estruturas de elipse de VP não se tem ON; o que se tem é a não-manifestação fonológica do VP depois que V vai para INFL. A elipse se dá quando há paralelismo estrutural entre duas sentenças: ocorre no segundo conjunto de estruturas coordenadas ou justapostas e em discursos conectados, como em uma resposta com paralelismo estrutural em relação a uma pergunta. Marcas de elipse de VP são a presença de "advérbios de denotação predicativa idêntica" (Matos 1992), como *também*, *também não*, *sim* e *não*, e identidade entre as duas ocorrências de V, como ilustrado em (3), gramatical também no PE (Cyrino 1997: 210):

(3) O João descascou a banana, mas o Pedro não descascou
[_{VP} ← a banana].

No caso de ON não é preciso haver identidade de verbos e nem ocorrência daqueles advérbios. A falta de identidade verbal é ilustrada em (4), um exemplo gramatical no PB mas não no PE, que exige nesse caso a presença do clítico:

(4) O João descascou a banana, mas o Pedro não comeu.

O ON do PB é uma variável em estruturas com topicalização do objeto, mas não em estruturas sem presença de antecedente em posição não-A, como (4). O objetivo de Cyrino tem sido o exame do ON em estruturas sem topicalização. Objetos nulos podem corresponder à não manifestação fonológica tanto de expressões nominais quanto de sentenças. Cyrino usa a expressão ON como termo genérico para os dois casos, e como termo específico para o primeiro. O

segundo caso é referido pelo termo específico elipse sentencial. Como mencionado, a elipse sentencial é um caso de ON em que o que não se manifesta fonologicamente é uma sentença complemento de verbo. Como para qualquer caso de ON, na elipse sentencial não há exigência nem da presença daqueles advérbios, nem de identidade entre os verbos, como ilustrado em (5):

- (5) Eu fui ganhar a chave de casa com 19 anos. Eu conto pra tudo mundo.

Uma outra característica do trabalho de Cyrino é a aceitação dos resultados da pesquisa quantitativa de Duarte 1986 sobre ON no PB (cf. Cyrino 1997: 209). Segundo essa pesquisa, (a) com antecedente sentencial o objeto é nulo no PB, quase categoricamente; (b) com antecedente [+animado] há uma alta incidência de objeto manifesto; (c) com antecedente [-animado] há uma forte tendência a ON. A conclusão de Cyrino é que o PE, o português clássico e o PB têm ON quando o antecedente é um SN [-específico/referencial] (Cyrino 1997: 209-210). O que é característico do PB é que o ON é predominantemente [-animado], quer seja [-específico/referencial] (6) ou [+específico/referencial] (7) (Cyrino 1997: 214):

- (6) – Está faltando um copo dos novos ...
– Se está faltando, é porque você quebrou.
- (7) a. Eu sonho com Paris há tanto tempo que pra mim é como se eu já tivesse conhecido.
b. Vou lá em cima buscar “A Vida Doméstica” para dona Maricota, que ela me pediu.

Se o antecedente é [+animado, +específico/referencial], não se obtém ON no PB e duas situações podem ocorrer. Ou o objeto se manifesta, como o demonstra o par em (8), onde (8a) é inaceitável (apesar de a autora a marcar somente com uma interrogação) e a seqüência só se torna aceitável com a manifestação do objeto (Cyrino 1997: 211). Ou não se manifesta e a estrutura é de elipse de VP, como o mostra o contraste em (9), onde o antecedente sujeito (Pedro) para o objeto só é gramatical na estrutura com reconstrução e elipse de VP (9b):

- (8) a. ?João trouxe a Maria, mas Pedro não beijou.
b. João trouxe a Maria, mas Pedro não beijou ela/ não a beijou.
- (9) a. *O Pedro disse que a Maria beijou.
b. João disse que a Maria não beijou o Pedro na festa, mas o Pedro disse que ela beijou.

A explicação para a agramaticalidade de (10a) está exatamente nos traços [+específico/referencial, +animado] do antecedente do objeto: segundo essa análise, o traço [+animado] do antecedente impede, no PB, a presença do ON; a seqüência (10b) é gramatical porque o objeto é manifesto:⁴

- (10) a. *A Júlia sempre chora quando ponho no berço.
b. A Júlia sempre chora quando ponho ela/ a ponho no berço.

A inovação do PB, conclui ela (p. 204), é o ON com antecedente [-animado], seja específico ou não: houve uma mudança na língua no sentido de generalizar a reconstrução para objetos com antecedente desse tipo, a partir da ocorrência sentencial. A ocorrência sentencial foi a evidência positiva para essa generalização no processo de aquisição de língua. Observe-se que Cyrino engloba como [-animado] o antecedente sentencial, como no exemplo (5). Em resumo, a diferença com relação ao PB, segundo Cyrino, é que o traço [-específico/referencial], quer para [-animado] quer para [+animado], deixou de ser a propriedade crucial das estruturas com ON, passando a ser crucial a propriedade [-animado], que pode ocorrer tanto em estruturas de tipo [-específico/referencial], como já acontecia com o português clássico e acontece com o PE, quanto em estruturas do tipo [+específico/referencial].

Exemplos como (11) são analisados por Cyrino (1997) como ilustrando ON com antecedente [-específico/referencial, +animado].

- (11) A FEBEM é um dos elos dessa corrente que cria o menor infrator,
não é ela o único responsável, o único elo que cria (CV),
e como tal ela não consegue recuperar (CV).

Esse é o caso em que o ON do PB não é [-animado].

A análise em Cyrino 1997 para esses contextos de ON segue basicamente a proposta de Fiengo & May 1994 a respeito de reconstrução. Não há nesses contextos manifestação fonológica do objeto, em virtude de haver opção pelo silêncio, em vez de opção pelo pronome (=pronome manifesto) ou pela repetição do DP/NP, e a opção pelo silêncio se faz com o intuito de reduzir uma redundância no discurso. O objeto, nesse caso, é reconstruído na forma lógica (FL). A reconstrução é uma relação de identidade estrutural.

Ao defender que o ON do PB é um caso de reconstrução do antecedente em FL, Cyrino se coloca contra as hipóteses de ser de tipo pronominal (*pro*), de ser um epíteto nulo, ou de ter interpreta-

⁴ Cyrino 1997 atribui o exemplo em (10a) a Farrell 1990, que o trata como gramatical.

ção de variável. A hipótese de ser *pro* foi defendida por Kato (1993) com base no fato de o ON do PB poder ter antecedente em posição de anti-c-comando, como nos exemplos (12)-(15) abaixo, todos agramaticais no PE:⁵

- (12) a. Com relação ao jornal, Maria perdeu no ônibus.
b. O jornal, Maria perdeu no ônibus.

(13) João arquivou o artigo sem ler.

(14) João comprou o jornal e Maria leu.

- (15) – Onde está o jornal?
– Maria perdeu.

Em (12), temos estruturas com topicalização, tratadas como estruturas de adjunção; em (13), estruturas que se assemelham a estruturas com lacunas parasitas, mas onde não há uma primeira lacuna que licencie a lacuna parasita; em (14), estruturas coordenadas; (15) ilustra o caso de estruturas com antecedente como tópico discursivo recuperável de sentença ou termo anterior. Em nenhum desses casos o antecedente *c-comanda* o ON (para (12), em virtude da estrutura considerada para tópicos: como adjuntos a projeção funcional sintática; essa é a análise, por exemplo, de E. Duarte 1995). Segundo essa abordagem, o ON do PB seria um pronominal nulo do tipo de 'clítico nulo'. Isso é, a ocorrência de *pro* seria identificada e licenciada por um clítico nulo (Cyrino 1997: 67-68). Cyrino diz que o ON do PB não pode ser *pro*, dado o contraste em (16):

- (16) a. *O Pedro disse que a Maria beijou.
b. O Pedro disse que a Maria beijou ele.

Afinal, se o exemplo é gramatical com o pronominal manifesto, era de se esperar que o fosse também com o ON, caso o ON fosse *pro*. Como o exemplo não é gramatical, a conclusão é que o ON não é *pro* no PB.

A hipótese de o ON ser um epíteto nulo foi defendida por Huang (1991), para o chinês. Cyrino conclui, com base nos exemplos (17), que o ON do PB tampouco pode ser um epíteto nulo:⁶

⁵ Um parecerista comentou que o argumento da Kato é curioso: o efeito de anti-c-comando sugere que a CV não pode ser ligada, logo, que não é *pro*. Chamou a atenção também para Rizzi 1986, que demonstrou que *pro* arbitrário objeto em italiano pode ser ligado.

⁶ Um parecerista vai além na análise de (16)-(17): (16) sugere que o ON em PB está sujeito ao Princípio C, logo, seria nome nulo, ou seja, expressão-R. No entanto, o contraste em (17) evidencia que o ON do PB não pode ser um epíteto nulo; logo não se submete ao Princípio C e não é expressão-R. Esse raciocínio está perfeito, mas essa relação não se encontra em Cyrino 1997.

- (17) a. João usa seu computador todos os dias,
e Pedro usa a engenhoca uma vez por semana
b. João usa seu computador todos os dias,
e Pedro usa uma vez por semana

Essas duas sentenças têm interpretações semânticas diferentes. Em (17a) o computador que Pedro usa é o do João, mas (17b) admite duas leituras, uma em que o computador é de João (leitura estrita) e outra em que é de Pedro (leitura imprecisa). A conclusão (Cyrino 1997: 65) é que a análise do ON como epíteto nulo impediria explicar essa diferença de interpretação. Isto é, não se explicaria a leitura imprecisa de (17b), que não existe em (17a). A presença de leitura imprecisa para objetos não-manifestos implica ter havido reconstrução do objeto na sentença em que ele ocorre como não-manifesto. Mais explicitamente, na leitura imprecisa não se pode propor que haja uma 'cópia' da estrutura do objeto manifesto da oração mais alta na oração mais baixa, em que ele ocorre como não-manifesto, pois nesse caso não se explicaria a dependência referencial entre o objeto não-manifesto e o sujeito dessa mesma sentença (Cyrino 1997: 72). Logo, a reconstrução se torna necessária para explicar a leitura imprecisa. Já que em (17a) não se tem a leitura imprecisa, conclui-se que o epíteto não permite a reconstrução de *seu computador* no segundo conjunto da coordenação, ao contrário do que ocorre com o ON em (17b).

Cyrino aponta que o ON do PB foi tratado como nome nulo por Kato, para ocorrências licenciadas deiticamente (Cyrino 1997: 62, 64), como na forma imperativa "Segura aqui!". Cyrino não contesta essa análise de Kato, pois as estruturas para as quais demonstra que não pode haver interpretação do ON como nome nulo são de outro tipo – estruturas com antecedente no contexto lingüístico.

A hipótese de o ON ser uma variável foi defendida por Raposo 1986 para o PE, com base no fato de o ON não ocorrer em ilha sintática nessa gramática, daí a agramaticalidade de (18), onde o ON se encontra dentro de sujeito sentencial em posição de sujeito:

- (18) *Que a IBM venda a particulares, surpreende-me. (PE)

Segundo a análise de Raposo, o ON do PE é PRO, que como tal exige não ser regido, de onde a necessidade de deslocamento, para fugir da regência do verbo. Esse deslocamento se dá para uma posição não-A, porque as estruturas em que ocorrem objetos são transitivas, e, portanto, têm sujeitos temáticos; logo, não pode haver deslocamento para a posição de sujeito, e o movimento se dá

para COMP (Espec,CP), onde PRO se torna um operador nulo. A agramaticalidade de (18) é um diagnóstico de deslocamento Qu- (Chomsky 1977); essa é uma evidência a favor de ON ter estatuto de variável no PE. Como o exemplo (18) é gramatical no PB, a conclusão é que o ON do PB, por ser licenciado em ilha sintática, tampouco pode ser uma variável.

Cyrino 1997 (pp. 205-206) defende a hipótese da reconstrução do ON em LF também para o PE. Desde Raposo 1986 tem sido defendido que o ON do PE é uma variável. Cyrino aceita a análise de Raposo, mas acrescenta que há usos em que tem de haver reconstrução em LF. É o caso de exemplos como (19b), em que o ON ocorre em ilha sintática:

- (19) a. O homem que deu seu salário para sua esposa foi mais esperto do que o homem que o deu para sua amante
b. O homem que deu seu salário para sua esposa foi mais esperto do que o homem que deu para sua amante.

Logo, nesse tipo de contexto o ON do PE não pode ser uma variável. Tampouco pode ser um caso de elipse de VP.⁷ Segundo sua proposta, no PE a reconstrução é possível quando o antecedente é um NP [-específico], caso em que se usa o clítico (19a) ou o ON (19b). Cyrino encontra na propriedade [-específico] do antecedente a explicação para a gramaticalidade de (20a), em contraste com (20b) no PE:⁸

- (20) a. Que a Maria guarde seu anel na gaveta é compreensível, mas que a Joana guarde no açucareiro, realmente surpreende-me.
b. *Que a IBM venda a particulares, surpreende-me.

⁷ Um parecerista observou que esses exemplos também são possíveis casos de elipse de VP. Se entendi bem a análise de Cyrino, essa não é, no entanto, a sua conclusão, pelas razões apontadas no texto (por exemplo, impossibilidade de uso de "advérbio de denotação predicativa idêntica"). O tipo de expressão adverbial compatível com essa estrutura seria 'ao contrário' ("O homem que deu seu salário para sua esposa foi mais esperto do que o homem que, ao contrário, deu para sua amante"), mas esse uso só mantém a leitura imprecisa da sentença. Nos casos de elipse de VP, no entanto, mantêm-se as relações anafóricas (havendo exceção somente para a interpretação déitica; ver Cyrino 1997: 110). Como só a leitura imprecisa se mantém com o uso de "ao contrário", aceitando-se que a leitura imprecisa envolve reconstrução de ON, a conclusão é que o uso de "ao contrário" força a estrutura de reconstrução de ON (caso de ON) e elimina a de reconstrução de VP (caso de elipse de VP).

⁸ Essa análise implica que *seu anel* seja [-específico] em (20a), o que não me parece óbvio.

Sua proposta (1997:184-188; 205-206) é que em (20a) se tem um caso de estrutura de reconstrução de DP/NP (p.206), sem deslocamento de dentro de VP, o que não acontece em (20b). Isto é, (20a) é gramatical, segundo sua análise, por não envolver deslocamento, dado haver reconstrução em LF, e a reconstrução (e, logo, o ON) é possível no PE sempre que o antecedente é [-específico], mesmo dentro de ilhas. Observe-se que em (20a) tampouco há interpretação com elipse de VP.⁹ Para (20b), no entanto, Cyrino mantém a mesma análise de Raposo, de movimento de PRO para posição não-A, daí decorrendo ligação operador nulo-variável – a agramaticalidade resulta do fato de a extração se dar, em (20b), a partir de contexto de ilha sintática (sujeito oracional em posição de sujeito).

3 A proposta de Cyrino 2000

Cyrino 2000 considera que, apesar de os estudos empíricos indicarem que a queda na ocorrência de clíticos e o aumento na ocorrência de ONs foram mudanças concomitantes no PB, a causa do aumento de ocorrência dos ONs não pode ter sido a queda dos clíticos, uma vez que nem todos os clíticos caíram: tanto os clíticos acusativos de primeira e segunda pessoas quanto os reflexivos (de todas as três pessoas) persistem, tendo caído somente os clíticos acusativos de terceira pessoa e o 'se' não-temático (como o 'se' dos verbos essencialmente pronominais e dos verbos inacusativos). Para ela, trata-se de fenômenos independentes: "O fenômeno da queda de clítico não é necessariamente o fenômeno 'objeto nulo'. No entanto, os dois fenômenos estão relacionados: "Ambos os fenômenos seriam conseqüências de um princípio mais geral, uma espécie de princípio 'Evite Pronome', que estaria agindo na posição de objeto, ao contrário do que ocorre na posição de sujeito".

Sua proposta é que o ON do PB ocorre em estrutura de reconstrução, em que dois tipos de exigências são satisfeitas: (a) condição de identidade sintática: presença de antecedente com marcador sintagmático idêntico ao do ON (identidade de categoria gramatical e de relações lineares e de dominância dentro da categoria gramatical) e (b) condição de recuperabilidade: presença de categoria funcional licenciadora. Parece bem claro que Cyrino 2000 distingue reconstrução de recuperabilidade, atribuindo a cada uma

⁹ Para esses exemplos igualmente, um parecerista julga ser possível a estrutura com elipse de VP. A conclusão de Cyrino vai explicitamente (Cyrino 1997: 206) em sentido oposto, pelas razões já apontadas.

um estatuto sintático bem preciso: reconstrução diz respeito a identificação de categoria sintática; recuperabilidade diz respeito a identificação do conteúdo da categoria sintática. A identidade sintática permite a reconstrução. A presença de categoria funcional licenciadora permite a recuperação do conteúdo. A estrutura de reconstrução é criada graças à condição de identidade sintática. Por exemplo, ao examinar sua sentença (25),

- (25) a. – Foi que D. Tibúrcio, com a pena de se ver cometido de três mulheres,
como vossa mercê sabe ____.
b. – Que é isto sobrinho?
– Eu não sei ____, em minha consciência.

Cyrino comenta:

A estrutura é a mesma, ou seja, há uma estrutura de reconstrução em (25a) idêntica a (25b), mas há inaudibilidade, ou seja, não há realização fonológica [...].

A recuperação do ON (e também da elipse de VP) se dá devido ao licenciamento formal pela categoria funcional. Nas palavras de Cyrino: “para que a elipse seja possível é preciso recuperar o conteúdo do material elidido, ou seja, identificar seu conteúdo através de seu antecedente”; “proponho que em todos os casos de reconstrução e elipse em FF deve haver uma categoria funcional que c-comanda a estrutura em questão, para licenciá-la. Essa posição é diferente no PE. Esse seria o princípio da recuperabilidade tanto do objeto nulo quanto para a elipse de VP em PB.”¹⁰

O ON é consequência do princípio “Evite pronome” (que ela prefere formular como “Não pronuncie se não for necessário”) em contextos que satisfazem as duas condições acima. Nesse enfoque, “[a] reconstrução é uma possibilidade que as línguas possuem para não repetir o que já foi dito”. A idéia parece ser, então, que, dada a reconstrução em FL, a pronúncia do objeto se torna dispensável. É, me parece, como se Cyrino dissesse: Já que, nos contextos de licen-

¹⁰ Um parecerista comenta que a análise de Cyrino parece confusa. Ela parece sugerir que a “condição de identidade sintática” para a reconstrução/elipse tem um papel que é diferente conceitualmente da “condição de recuperabilidade”, que seria satisfeita pela presença de uma categoria funcional apropriada. Mas, na ausência de conteúdo próprio para essa “categoria funcional”, é curioso que ela tenha um papel na “recuperabilidade” do ON. Segundo o parecerista, as distinções estabelecidas por Rizzi no artigo clássico sobre *pro* seriam mais satisfatórias aqui: (a) a “condição de identidade sintática” é o que permite a identificação – portanto, a recuperabilidade – do ON; e (b) a presença hipotética de uma “categoria funcional” c-comandante (regente parece a ele mais apropriado, já que é necessária a relação local) seria uma condição de licenciamento formal.

ciamento de ON, a mente interpreta o objeto independentemente da audição, a pronúncia se torna dispensável. Em resumo, nessa abordagem, o ON é o resultado de reconstrução do objeto em FL por identidade de estrutura sintática com um antecedente, recuperação do conteúdo do antecedente por efeito de c-comando de categoria funcional com V inserido, e elipse em FF por efeito do princípio “Não pronuncie se não necessário”. A reconstrução em FL e a elipse em FF são licenciadas formalmente por se darem em posição em que uma categoria funcional c-comanda a estrutura do ON em questão, permitindo sua identificação semântica. O princípio da recuperabilidade é, portanto, satisfeito via c-comando.

Cyrino explicita que o ON do PB “é consequência da possibilidade de V mover-se para uma categoria funcional relacionada a INFL, em uma posição diferente da que ocorre em PE”. A hipótese de c-comando por categoria funcional já foi mencionada acima, como exigência de licenciamento formal do ON. A proposta de V estar inserido nessa categoria funcional liga-se a fatos do inglês – análises têm defendido que essa língua não licencia movimento de V, e, como não licencia ON, a conclusão é que os dois fenômenos estão relacionados: o inglês não licencia ON porque não licencia movimento de V. A criança aprendiz do inglês tem evidência positiva para concluir que sua língua não tem movimento de V: “a criança somente pode ter evidência de que a língua não apresenta movimento de V se ela ouve o INFL preenchido por outro verbo que não o verbo principal”, como ocorre em inglês, onde o ‘dummy *do*’, ou um modal, auxiliar ou cópula, é inserido em INFL nas interrogativas e negativas. Pela citação que inicia este parágrafo, vê-se que Cyrino exige a presença de V em categoria funcional para licenciamento de ON tanto no PB quanto no PE. A diferença entre as duas gramáticas estaria no fato de haver duas categorias funcionais em jogo, uma usada por uma gramática e a outra pela outra.

Em resumo, da exigência de V estar em categoria funcional Cyrino 2000 estabelece uma relação entre licenciamento de ON e movimento de V: para haver ON é preciso haver deslocamento de V para uma posição mais alta na estrutura, e a falta de movimento de V faz com que a língua não licencie ON. O PB e o PE admitem ON porque nessas duas gramáticas V se desloca para categoria funcional, apesar de categorias distintas. A causa do aumento do ON no PB foi uma mudança em relação ao deslocamento de V – no português do século XVI, V se deslocava para C; no português atual se desloca para uma categoria relacionada com INFL –, a questão da morfologia flexional sendo irrelevante para tal fim.

Além dessa relação entre o licenciamento do ON e o movimento de V, Cyrino 2000 estabelece igualmente uma relação entre propriedades referenciais de DPs/NPs, de um lado, e queda de clíticos e aumento de ocorrências de ONs, de outro. no PB os clíticos que caíram e os ONs têm todos 'baixa referencialidade' (para estes últimos, como defendido em Cyrino, Duarte & Kato 2000).. Os clíticos que caíram são de terceira pessoa ou não-temáticos (no caso do *se*) e os ONs têm antecedente [-animado], quer específico ou não, e nunca [+animado, +específico], por exemplo." Ela conclui que o princípio 'Evite Pronome' é aplicado a elementos mais baixos na hierarquia de referencialidade de DPs/NPs (V. seu artigo neste volume, bem como Cyrino, Duarte & Kato 2000).

4 Características, vantagens e pontos de debate da proposta

Duas características marcam este novo trabalho de Cyrino em relação às suas propostas anteriores: primeiro, o reexame dos dados empíricos relativos à ocorrência dos clíticos no PB contemporâneo, com apresentação de novos estudos de diferentes pesquisadores sobre a questão (V. referências e dados em Cyrino 2000; neste volume); segundo, o reexame da proposta teórica de que a queda dos clíticos causou o aumento da ocorrência dos ONs no PB e proposta alternativa de licenciamento via deslocamento de V para categoria funcional flexional mais alta. Com relação aos dados empíricos, o trabalho chega a uma caracterização da queda dos clíticos diferente das que tinham sido propostas até então na literatura. O estudo de Albuquerque (1984) a respeito de um dialeto mineiro apontava para uma queda geral dos clíticos. O estudo de Nunes (1995) apontava como relevantes fatores como o tipo de clítico, o tipo de verbo e a grade temática, sem chegar a identificar uma dada distinção como a mais relevante. Os novos estudos considerados por Cyrino a levam a concluir que a retenção vs. queda do 'se' tem a ver com a distinção temático/não-temático: é o 'se' não-temático que está em queda.

A proposta de Cyrino tem inúmeros pontos positivos e vantagens. Primeiramente, leva em conta as diferentes propostas teóricas relevantes da literatura. Segundo, considera os variados estudos empíricos sobre a questão no PB e faz uma proposta que

¹¹ Cyrino 2000 afirma, na verdade, que o princípio "Evite Pronome" se aplica a casos de objeto com antecedente [-animado] ou [-temático]. Não fica claro o que significa essa propriedade [-temático] nesse caso. Que tipo de exemplo ilustraria a situação de ON com antecedente não-temático?

procura explicar os dados levantados pelos mesmos. Assim, sua análise é compatível com o fato apontado por Kato 1993 de o PB, ao contrário do PE, aceitar ocorrência de ON em contextos de anti-c-comando, assim como com o fato apontado por Duarte 1986 de o PB aceitar ON com antecedente [-animado], quer específico, quer não-específico.

No entanto, a nova proposta ainda deixa questões em aberto. Algumas dizem respeito às estruturas licenciadoras de ON no PB. Por que e como o deslocamento de V para uma categoria funcional causa a presença de ON? Qual o papel de V em categoria funcional para o licenciamento de ON? Por que a interpretação do ON em FL dependeria de V ter se deslocado para um núcleo funcional que c-comande a posição do objeto? Por que e como a presença de uma categoria funcional licencia precisamente a recuperação do conteúdo do ON?

Outras questões dizem respeito à relação entre o deslocamento de V e a baixa referencialidade do antecedente no licenciamento de ONs. Cyrino diz que ONs existem em línguas em que V se desloca para categoria funcional e não existem em línguas em que V não se desloca. Mas diz também que o ON do PB é função da baixa referencialidade do antecedente – quando o antecedente do objeto tem traço [+animado], não ocorre ON, e o que caracteriza o PB em relação ao PE é a possibilidade de ON [-animado]. Não fica claro qual é a proposta efetiva, ou, ao menos, qual a relação entre os dois fatores – movimento de V para categoria funcional e grau de referencialidade.

Do mesmo modo, não fica claro qual é o relacionamento entre o princípio 'Evite pronome' e o deslocamento de V para categoria funcional relacionada a INFL. Ambos são dados explicitamente como causa do ON (cf. Cyrino neste volume, seção 7): "4) O objeto nulo é consequência do princípio 'Evite pronome'. 5) No PB, mais precisamente, o objeto nulo é consequência da possibilidade de V em uma categoria funcional relacionada a INFL [...]." Como Cyrino considera que três processos sintáticos diferentes explicam o ON do PB – *reconstrução*, *recuperação* e *elisão* –, *reconstrução* ligando-se à condição de identidade sintática, *recuperação* ligando-se ao licenciamento formal por categoria funcional, e *elisão* ligando-se ao princípio 'Evite pronome' (ou 'Não pronuncie se não necessário'), parece que ela considera essas duas causas como independentes. Se essa é a interpretação correta do trabalho, as questões são: Como uma causa interage com a outra? Há uma que é anterior à outra? Como distinguir seus papéis, presumivelmente independentes, no licenciamento dos ONs?

Além disso, há outros pontos de dúvida. Por exemplo, fica a dúvida se, de fato, estaria havendo permanência de certos tipos de clíticos de terceira pessoa, como Cyrino conclui. A dúvida não é sobre sua frequência maior de ocorrência, que é ponto pacífico. A dúvida é sobre a interpretação dessa frequência como indicadora de permanência, isto é, de ausência de estado de mudança. Caso a teoria de difusão lexical esteja correta a respeito de mudança sonora, como os trabalhos de Oliveira (1992, 1995, 1997) têm procurado demonstrar, por extensão, a maior ocorrência de 'se' com valor temático poderia eventualmente ser um simples reflexo da gradual difusão e implementação da perda dos clíticos por diferentes contextos sintáticos, possivelmente ditada por certos traços acessíveis nas estruturas – os traços temáticos estariam sendo acessados, e levariam à manifestação fonológica ainda freqüente dos reflexivos; apesar disso, a mudança estaria se encaminhando em direção à perda dos clíticos de terceira pessoa.

Se esta última hipótese, de implementação, estiver correta, o trabalho de Albuquerque (1984), que atesta a perda generalizada de clíticos de terceira pessoa em Minas Gerais, estaria revelando que a mudança está mais avançada em Minas Gerais e os trabalhos mais recentes examinados por Cyrino estariam revelando que a mudança está menos avançada em São Paulo e Paraná. O que estou querendo dizer é que só os dados numéricos não bastam para se concluir que esteja havendo uma distinção entre queda de certos clíticos e permanência de outros. Isso porque, assim como a mudança sonora dentro da palavra por perda de morfema (como é o caso da perda do -r final de certas palavras) passa por um processo gradual de implementação lexical, também para a mudança lexical dentro da sentença (no caso, perda de um certo tipo de palavra, clíticos) pode haver um processo gradual de implementação sintática. Aquela conclusão só pode ser tirada se embasada em dados lingüísticos adicionais.

Finalmente, existem questões teóricas. Uma delas é o formato de teoria da gramática pressuposto – uma teoria em que existe um nível sintático FL, sendo esse nível independente de FF. Isto é, o artigo pressupõe uma teoria em forma de T, como se costuma dizer, onde FL e FF são, cada uma, uma lateral da haste superior do T. Numa teoria verdadeiramente minimalista, tanto a interpretação fonológica quanto a interpretação semântica deveriam se dar a partir de uma única estrutura, sem necessidade de um nível sintático como FL (esta *não* é uma sugestão de Chomsky, mas um ponto de vista que defendo em Lobato 2001a).

Um outro problema é a defesa de um princípio do tipo 'Não pronuncie se não necessário'. Cyrino faz um paralelo entre as posições de sujeito e objeto do PB: na de sujeito esse princípio não mais opera, em virtude de empobrecimento da morfologia verbal, e na de objeto opera, em virtude de mudança que houve na posição para onde V é deslocado. Não há consenso de que o maior preenchimento da posição de sujeito no PB seja um efeito do empobrecimento da morfologia verbal. Há uma outra linha de análise, segundo a qual o que houve foi uma mudança no tipo de licenciamento de sujeitos, como tem sido argumentado por alguns (Negrao 1999; Modesto 2000; Lobato 2000b,c e 2001b,c; entre outros). De qualquer modo, em vez de pensar em um *princípio* que leve à não manifestação fonológica, prefiro pensar em *configurações sintáticas* que determinem essa não manifestação (Lobato 2000a, 2001a,c, 2002). Nesse sentido, a proposta de haver um princípio 'Evite Pronome' poderia ser abandonada, em favor de um refinamento da proposta de haver licenciamento por uma categoria funcional c-comandante, ponto em que concordo com Cyrino: os licenciamentos se dão pela operação de categorias funcionais. Uma vantagem dessa postura é que eliminaria a postulação de duas causas para o mesmo fenômeno.

Com relação à explicação das restrições à ocorrência de ON em termos das propriedades referenciais do antecedente (ver (10), por exemplo), ponto em que Cyrino segue Duarte 1989, considero que há ainda mais para ser descoberto, mas deixo essa discussão para uma outra ocasião.

5 Um outro olhar sobre os fatos

Concordo com Cyrino 2000 que o ON sentencial é consequência de possibilidade de interpretação do objeto em virtude de presença de antecedente e de licenciamento por núcleo funcional. Concordo também que a diferença entre o PE e o PB, quanto ao ON, esteja no diferente posicionamento de V na estrutura sintática, apesar de, como observado, ser ainda necessário justificar essa postulação. Quero nesta seção usar dados adicionais para tratar da questão do licenciamento de objeto nulo vs. manifesto. Vou argumentar que o ON sentencial é licenciado dentro do VP, ao contrário dos clíticos manifestos, que ocorrem em Espec, AspP, licenciados por T. Essa argumentação reforça o ponto que Cyrino 2000 procura defender: o ON não resulta da inaudibilidade de um clítico; corresponde, antes, ao licenciamen-

to de interpretação de objeto em posição sintática diferente da que os clíticos ocupam. O que há de novo nessa argumentação é a proposta de que a manifestação fonológica dos clíticos é licenciada por T.¹²

Inicialmente, considero que há uma diferença crucial entre o PE e o PB: no PE os sintagmas nominais lexicais entram na sintaxe oracional com seu licenciamento referencial satisfeito e os pronomes usam propriedades de Caso para inserção na sintaxe; no PB, por outro lado, os sintagmas nominais lexicais recebem seu licenciamento referencial na sintaxe e os pronomes usam suas propriedades de pessoa para inserção na sintaxe. Existem evidências empíricas a favor dessa proposta.

Em primeiro lugar, há os dados de Machline-Silva 1996 a respeito do uso do artigo definido com NPs que incluem possessivos. Machline-Silva nos diz (p. 123) que, com relação ao uso do artigo definido diante de possessivo, o PB apresenta basicamente a mesma percentagem de uso que se verificava no português do século XVI, ao passo que o PE contemporâneo aumentou radicalmente o uso em relação ao do século XV: "A reta relativa dos dados de Portugal sobe de 10% no século XV para 95% no século XX; já no Brasil, sobe lentamente de 30% para 40%." A ausência do artigo diante de possessivo se dá diante de nomes de parentesco: 'seu pai', e não 'o seu pai'. A diferença entre o PE e o PB também diz respeito ao uso de artigo definido diante de nome próprio: optativo no PB, mas gramaticalizado no PE. Houve, portanto, algum ponto em que a gramática do PB manteve uma propriedade do português clássico (PC), e a do PE não.

O fato de o PE ter passado a exigir a presença do artigo definido diante de NPs lexicais só pode dizer respeito ao licenciamento dos NPs. Mais precisamente, diz respeito a licenciamento de referência específica. Logo, no PE os NPs lexicais são licenciados na sintaxe nominal. Os artigos definidos traduzem gênero e número, que são propriedades gramaticais. Analiso o gênero e o

número como realizações a partir de uma estrutura de núcleos funcionais que usa os mesmos traços abstratos presentes nos núcleos funcionais oracionais. Os fatos do PB nos mostram que a referencialidade e a manifestação fonológica são produto da ação de traços de núcleos funcionais (Lobato 2000b,c e 2001a,b,c). Os traços do artigo licenciam a manifestação fonológica dos NPs lexicais, dado que não há artigo sem NP manifesto. Concluo que os traços do artigo licenciam tanto a referencialidade quanto a realização fonológica dos NPs lexicais manifestos no PE contemporâneo. Logo, no PE os NPs lexicais manifestos vêm do léxico sem licenciamento de referencialidade e realização fonológica, e ganham esse licenciamento na sintaxe nominal. Portanto, o PE faz uso dos traços dos núcleos funcionais, e de cima para baixo, para licenciamento de referencialidade e realização fonológica, mas na sintaxe nominal.

A proposta que tenho defendido é que o PB também faz uso dos traços dos núcleos funcionais, de cima para baixo, para licenciamento de referencialidade e realização fonológica, mas na sintaxe oracional (ver Lobato 2000b,c e 2001b,c). Por sua vez, os pronomes são licenciados na morfologia como feixes de traços. Se essa análise está correta, dá-se licenciamento no plano gramatical para a referencialidade e a forma fonológica dos NPs lexicais tanto no PE quanto no PB, só que na sintaxe nominal para o PE e na sintaxe oracional para o PB.

Em segundo lugar, o licenciamento pronominal não é do mesmo tipo nas duas gramáticas. Há evidências empíricas que mostram que as propriedades de Caso e de interpretação semântica dos pronomes são fixadas antes da sintaxe oracional no PE, mas na sintaxe no PB. Por exemplo, no PE a interpretação de pessoa não depende da posição estrutural. Antes, no PE, há formas clíticas para todas as três pessoas gramaticais. Além disso, há no PE formas clíticas de terceira pessoa especializadas para Caso (acusativo: *o*, oblíquo: *lhe*). Minha conclusão é que o PE recobre com traço específico de Caso a informação de pessoa dos clíticos porque não licencia na sintaxe a leitura de pessoa (ver Lobato 2001b para desenvolvimento maior dessa idéia). No PB o quadro é diferente: uma forma como *ele*, estritamente nominativa no PE, pode assumir função nominativa ou acusativa, e interpretação referencial disjunta ou correferencial, como em (21).¹³

¹³ O exemplo (22ai) se deve a C. Galves. Observe-se que esse exemplo não pertence ao PB culto e tem feição dialetal.

- (21) a) i. Ele_i viu ele_i no espelho (PB coloquial)
 ii. Ele_i viu-se_i no espelho (PE)
 b) i. Ele_i viu ele_i no espelho. (PB coloquial)
 ii. Ele_i viu-o_i no espelho. (PE)

Minha conclusão é que o Caso é fixado na sintaxe no PB, por ser nessa gramática uma relação estrutural e não uma marcação morfológica: No PB a interpretação semântica pronominal é igualmente fixada na sintaxe oracional. Tenho procurado demonstrar isso usando o fato de a interpretação de pessoa para os clíticos no PB depender da sua posição na oração: os clíticos acusativos e dativos pré-verbais são somente de 1ª e 2ª, como em (22); não podendo ser de 3ª. Os pronomes de terceira têm de ser pós-verbais, como em (23), mas nessa posição as formas licenciadas não são clíticas. Nessa posição deixa, também, de haver a restrição de pessoa, pois há formas que são interpretadas como formas de 1ª e 2ª pessoa e que, não sendo clíticos, ocorrem em posição normal de objeto: *a gente* (1ps) e *você/lo senhor* (2ps).

- (22) a. Ele me viu.
 b. Ele te viu.

(23) Ele viu ele

A proposta que tenho defendido para explicar os fatos relativos aos clíticos do PB (Lobato 2000c e 2001b,c). é que houve duas mudanças básicas: (a) efeito semântico referencial de T sobre Espec, AspP, num processo de combinação de traços, o que explica a restrição da posição pré-verbal para clíticos de primeira e segunda pessoas, e (b) perda de Caso na morfologia vocabular. Na explicação da restrição da posição pré-verbal para primeira e segunda pessoas, uso a análise de Benveniste para as pessoas gramaticais: a primeira pessoa e a segunda são as participantes do ato de fala, enquanto a terceira é não-participante. Nos termos de Benveniste, aquelas são as pessoas do discurso, enquanto esta é a não-pessoa. T, no PB, é, então, lido como se referindo ao momento do discurso.

Voltando agora à questão do ON no PB e ao estudo de Cyrino, em face desses novos dados, minha hipótese é que o aumento de ocorrências do ON tem a ver com o processo de gramaticalização que houve no PB, o qual provocou o uso de T para licenciamento de objeto pronominal, com conseqüente restrição do licenciamento a primeira e segunda pessoas. Com essa restrição, não há licenciamento de pronome clítico de terceira pessoa, daí a queda do clítico neutro 'o'. O objeto sentencial não se manifesta

como clítico porque o PB só licencia a interpretação semântica e a manifestação fonológica de clíticos na sintaxe oracional, por efeito do núcleo funcional T, e um clítico sentencial, na qualidade de clítico de terceira pessoa, não porta traço que possa ser interpretado na posição de Especificador imediatamente c-comandada por T num processo de combinação de traços com T. O ON nas estruturas de reconstrução é conseqüência de possibilidade de interpretação semântica do objeto sem deslocamento para fora de VP (por meio da presença de antecedente, como defendido por Cyrino, e também por efeito do traço temático do verbo selecionador do complemento). Dentro de VP o objeto é licenciado por Asp (por hipótese, considero que Asp licencia a estrutura argumental em VP, cf. Lobato 2001c); mas fica sem licenciamento de manifestação fonológica sob forma de palavra, porque, por hipótese, esse licenciamento depende de aos traços ϕ do pronome estar associado um traço definidor de entidade. A questão é que o PB atribui esse traço por meio de C (Lobato 2001c, 2002).

Referências

- ALBUQUERQUE, Alair Cavalcanti d' (1984). A perda dos clíticos num dialeto mineiro. *Tempo Brasileiro* 78/79, pp. 97-121.
- CYRINO, Sonia Maria Lazzarini (1990a). *O objeto nulo no português do Brasil: uma investigação diacrônica*. Ms., UNICAMP, Campinas.
- (1990b) *O objeto nulo no português do Brasil: uma mudança paramétrica*. Ms., UNICAMP, Campinas.
- (1992) *O objeto nulo no português do Brasil – um estudo diacrônico*. Ms., UNICAMP, Campinas.
- (1993) Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. Em Ian Roberts & Mary Kato, eds., *Português Brasileiro: Uma Viagem Diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- (1997). *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Editora da UEL. [Publicação da tese de doutorado de 1994.]
- (2000) Para a história do português brasileiro: observações sobre a presença de complementos verbais nulos e ausência de clíticos de terceira pessoa. Trabalho lido no XV Encontro da ANPOLL, Niterói. [Neste volume com o título de "Para a história do português brasileiro: a presença do objeto nulo e a ausência de clíticos".]
- ; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia & KATO, Mary Aizawa. (2000) Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. Em Mary A. Kato & Esmeralda V. Negrão, eds., *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, pp. 55-73. Frankfurt, Vervuert.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (1986) *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, São Paulo.

—— (1995) *A perda do Princípio 'Evite Pronome' no português brasileiro*. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas.

FARRELL, P. (1990) *Empty objects in Brazilian Portuguese*. Ms., University of California, San Diego.

FIENGO, Robert & May, Robert (1994) *Indices and Identity*. Cambridge, Mass., MIT Press.

HUANG, C. T. J. (1991) Remarks on the Status of the Null Object. In Freidin, R. (ed.), *Principles and Parameters in Comparative Grammar*. Cambridge, Mass., MIT Press, pp. 56-76

KATO, Mary A. (1993) The distribution of pronouns and null elements in object position in Brazilian Portuguese. Em W. Ashby, M. Perissimotto & E. Raposo, eds., *Linguistic perspectives on the Romance languages*. Amsterdam: John Benjamins.

LOBATO, Lucia Maria Pinheiro (2000a) Formal features and parameter setting: a view from Portuguese past participles and Romance future tenses. *DELTA* 16 (número especial), pp. 99-128.1.

—— (2000b) A que se devem as diferenças sintáticas entre o português do Brasil e o português europeu? Comunicação lida no *Congresso Internacional 500 anos da língua portuguesa no Brasil*. [A sair nos Anais.]

—— (2000c) Causes and consequences in linguistic change: the case of Portuguese subject position. Comunicação apresentada durante o DIGS (*Diachronic Generative Syntax Series*) VI. University of Maryland, College Park, Maryland.

—— (2001a) Sobre o papel dos núcleos funcionais na construção da interpretação semântica referencial. Comunicação apresentada durante o *II Congresso Internacional da ABRALIN*, Fortaleza, UFC. [A sair nos Anais.]

—— (2001b) Sobre as origens do português do Brasil: proposta de uma nova abordagem". Conferência proferida na *53ª Reunião Anual da SBPC*, Salvador. [A sair no Boletim da ABRALIN, número 26.]

—— (2001c) The role of C and Asp in the licensing of subject referentiality and Spell-Out: the case of European Portuguese and Brazilian Portuguese. Comunicação apresentada durante o workshop "A Semântica do Português do Brasil II", USP, São Paulo.

—— (2002) Licenciamento de Referencialidade como Gatilho para Movimento. Comunicação apresentada durante o workshop: *Varição Translingüística e Teoria Gerativa*. UnB, Brasília.

MATOS, M. G. A. P. (1992) *Construções de Elipse de Predicado em Português: SV Nulo e Despojamento*. Tese de Doutorado. Lisboa, Universidade de Lisboa.

MACHLINE-Silva G. (1996) Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. Em Machline-Silva, G. & Maria Marta Scherre (Orgs.) *Padrões Sociolingüísticos*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, pp. 120-145.

MODESTO, Marcello (2000) Null subjects without rich agreement. Em M. A. Kato & E. Negrão, eds., *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, 147-174. Frankfurt, Vervuert.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati (1999) *O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso*. Tese de Livre Docência, USP, São Paulo.

NUNES, Jairo. (1995). Ainda o famigerado *se*. *DELTA* 2, 201-240.

OLIVEIRA, Marco Antônio de (1992) Aspectos da difusão lexical. *Revista de Estudos Lingüísticos* 1:1, 31-41.

—— (1992) O léxico como controlador de mudanças sonoras. *Revista de Estudos Lingüísticos* 4:1, 75-92.

—— (1997) Reanalizando o processo de cancelamento do (r) em final de sílaba. *Revista de Estudos Lingüísticos* 6:2, 31-58.

RAPOSO, Eduardo (1986) On the null object in European Portuguese. Em O. Jaeggli & C. Silva-Corvalán, eds., *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris.

RIZZI, Luigi (1986) Null Objects in Italian and the Theory of *pro*. *Linguistic Inquiry* 17: 501-557.

URIAGEREKA, Juan (1992) *Aspects of the syntax of clitic placement in Western Romance*. Ms., University of Maryland, College Park, Maryland.